**Clipping 28 de abril de 2021**

**Manchetes**

Renan abre fogo contra o governo na CPI da Covid (Folha)

Empresa pode cortar jornada e adiar recolhimento do FGTS (Estadão)

"Há culpados por ação e omissão", diz Renan na CPI (O Globo)

Boom de minério e câmbio levam Vale ao topo na bolsa (Valor)

**AutoIndústria**

**Déficit comercial das autopeças cresce 127%**

*Importações disparam e exportações caem. Saldo negativo da balança fica próximo de US$ 2 bilhões no trimestre*

As importações de autopeças dispararam no primeiro trimestre, atingindo US$ 3,5 bilhões este ano contra os US$ 2,4 bilhões do mesmo período de 2020, uma alta de 42,7%. Em contrapartida, as exportações recuaram 4,2%, baixando de US$ 1,58 bilhão para US$ 1,51 bilhão no mesmo comparativo, o que elevou o déficit comercial do setor em 2021.

De acordo com dados divulgados no site do Sindipeças, o resultado negativo da balança comercial chegou a US$ 1,99 bilhão, com expressiva alta de 127% em relação ao valor registrado nos primeiros três meses do ano passado (US$ 878,9 milhões).

Em março, particularmente, as exportações somaram US$ 576, com alta de 9,2% sobre os US$ 527 milhões de idêntico mês de 2020. As importações, no entanto, subiram bem mais nesse mesmo comparativo. Atingiram US$ 1,76 bilhão, elevação de 121,2% sobre total de US$ 797 milhões em autopeças compradas no exterior em março do ano passado.

No comparativo do acumulado do ano, as exportações para a Argentina tiveram aumento de 22,9%, de US$ 329,4 bilhões para US$ 405 milhões, e as destinadas aos Estados Unidos cresceram 4,4%, de US$ 251,6 milhões para US$ 262,7 milhões. Também as vendas para a Itália cresceram 95,8%, chegando a US$ 73,8 milhões.

Houve redução nas exportações para o México, de 20,7%, de US$ 205,7 milhões para US$ 179,9 milhões, e para a Alemanha de 9%, para US$ 107 milhões. No caso das importações, as provenientes da China cresceram 51,3% no trimestre, atingindo US$ 612 milhões este ano, e de 60% no caso dos Estados Unidos, que chegaram a US$ 354,8 milhões.

**Valor**

**Produção de chips tem novo revés**

*O substrato, base essencial dos componentes, está em falta no mercado após um incêndio em fábrica no Japão*

Enquanto inicia as atividades em duas novas fábricas de semicondutores, nos Estados Unidos e na Irlanda, a Intel administra, com seus fornecedores, um revés para a escassez global de componentes: a falta de substrato. A fina camada de silício, base essencial na produção de chips, está em falta no mercado após um incêndio, em março, que afetou a fábrica da principal fornecedora do segmento, a Renesas Electronics, no Japão.

A produção deve voltar em agosto. “Estamos incentivando nossos fornecedores a falarem com os fabricantes de substrato”, disse Shannon Poulin, vice-presidente de vendas e marketing da Intel, em entrevista ao Valor.

O incidente agrava a crise de escassez de componentes, que afeta a indústria de eletroeletrônicos desde o início da pandemia, pela alta demanda global por computadores no isolamento social. A crise chegou a montadoras como Honda, Toyota e Volkswagen, que precisaram reduzir ou até interromper a produção de veículos por falta de semicondutores no primeiro trimestre.

O problema foi agravado em março por fortes nevascas que paralisaram a fábrica da Samsung, no Texas, e entrou na pauta da Casa Branca. No dia 12, a administração do presidente americano Joe Biden fez uma reunião online sobre suprimentos de semicondutores para veículos, da qual o CEO da Intel, Pat Gelsinger, participou. “A possibilidade de fabricarmos componentes desenhados por terceiros foi abordada na reunião”, disse Polin. Segundo ele, os semicondutores responderão por 30% a 40% dos custos de um carro nos próximos anos. S

egundo o executivo, a produção de componentes da Intel para veículos não sofreu atrasos. A separação entre o desenvolvimento de componentes e a produção faz parte da “estratégia de manufatura integrada 2.0” da Intel, que inclui a expansão de fábricas fora da Ásia para descentralizar a produção. “Da janela do meu escritório vejo nossa nova fábrica aqui no Oregon”, disse Poulin durante a entrevista on-line.

Este mês, a empresa inaugura uma unidade na cidade americana de Hillsboro, e outra fábrica em Leixlip, na Irlanda. A empresa também iniciou a ampliação das unidades de manufatura já existentes nas cidades de Kiryat Gat, em Israel, e Chandler, no Arizona. A companhia anunciou um investimento de US$ 20 bilhões em duas novas fábricas no campus de Chandler até 2024.

Poulin afirma que o investimento em infraestrutura foi uma das razões para a queda de 41% no lucro líquido da empresa no primeiro trimestre, para R$ 3,4 bilhões, em relação ao início de 2020. A receita caiu 1% entre os trimestres, para US$ 19,7 bilhões.

**Automotive Business**

**ZF investe em inovação e se prepara para a retomada**

*Companhia aposta em esforço coletivo e cooperação na cadeia de valor*

“Estamos em um momento que demanda resiliência e uma estratégia robusta das empresas para manter seus negócios sustentáveis. Com tantos desafios, é importante permanecermos alinhados com nossos clientes e fornecedores, e o diálogo tem sido fundamental nesse processo”, afirma Carlos Delich, presidente da ZF América do Sul.

“Participamos de uma indústria altamente competitiva e volátil, porém caracterizada por muita confiança entre as partes. Com a ZF e seus parceiros sempre foi assim, e entendemos que as superações dos desafios de hoje e de amanhã dependem desta cooperação”, completa. Ele entende que, especialmente para este ano, há uma grande expectativa de imunização progressiva da população e isso sem dúvidas ajudará a transformar a conjuntura atual, tanto aqui como em todo o mundo, para mais positiva e promissora.

Desde o início da pandemia, houve um período de interrupção de produção da ZF, entre abril e maio do ano passado. Foram semanas dedicadas à adaptação e necessidades impostas pela nova realidade, com adoção de protocolos e medidas de saúde e segurança reforçadas para os colaboradores.

Na sequência deste período, foram retomadas as atividades, sempre alinhadas às demandas dos clientes. “Foram tempos bem desafiadores, principalmente em 2020. Apesar disso, nessa época, a nossa estrutura pouco foi afetada. Isso graças às medidas de auxílio estendidas pelo governo, como a redução de jornadas e suspensão temporária de contratos, que nos trouxeram a flexibilidade necessária para o momento”, lembra Delich.

Nos últimos meses, também incentivada pelas perspectivas relacionadas à vacinação e ao melhor desempenho do mercado, a ZF retomou os processos de contratação. Agora, com a falta de insumos e parada de algumas montadoras, está avaliando medidas temporárias que poderão ser tomadas para ajustar a capacidade com a demanda dos clientes.

ESCASSEZ DE INSUMOS

A falta de insumos afeta toda a indústria automotiva, não só no Brasil, mas em todo o mundo e a questão de componentes eletrônicos é a mais crítica no momento. A ZF aponta dialogas diariamente com fornecedores e clientes sobre o assunto para tentar minimizar ao máximo os impactos na produção e entrega, mas sabe que se trata de algo sistêmico.

Além disso, como há excesso de demanda para pouca oferta, diversos itens sofreram pesados reajustes, como aços e resinas, por exemplo. Papelão, para embalagens, também está em falta.“Nos casos mais simples buscamos alternativas, olhando para dentro de casa. Fizemos adaptações e até, com criatividade, reutilizamos materiais de embalagem, o que evitou possíveis atrasos de entrega atreladas à falta do produto”, diz Delich.

RESULTADOS

O Grupo ZF divulgou seus resultados financeiros de 2020 no começo de março. Os dados são de vendas consolidadas de € 32,6 bilhões para todo o grupo, uma queda de 11% em relação ao ano anterior. O desempenho no segundo semestre foi considerado ótimo pela corporação.

Para 2021 a ZF toma por base as projeções de vendas feitas pela Anfavea, entidade que representa as montadoras. Assim, trabalha com uma expansão média no Brasil de 15% em vendas de veículos, considerando uma média para veículos leves, comerciais e industriais.

Em termos de produção, neste ano é prevista uma média de 18% de crescimento, sendo que veículos leves possuem o aumento mais representativo. No entanto, a empresa reconhece que tais projeções são revistas a todo momento e podem ser alteradas de acordo com a evolução do mercado. Variáveis correntes como a situação de componentes eletrônicos, bem como efeitos prolongados da pandemia, podem fazer com que os números sejam mais conservadores.

No geral, a ZF não espera que o mercado se recupere para os níveis de 2019 nos próximos três anos em termos globais. Isso se aplica a carros de passeio e veículos comerciais. O Grupo ZF investiu 7,3% do faturamento em P&D em 2019 e, em 2020, este índice aumentou para 7,7%.

“O investimento constante é uma prática que nos permite estar sempre um passo à frente em inovações tecnológicas quando o assunto é mobilidade, e certamente não temos intenções de paralisar nossos investimentos. Temos alguns projetos previstos e que serão divulgados em momento oportuno”, anuncia Delich.

NÃO É HORA DE INTERROMPER A INOVAÇÃO

A companhia também garante que, mesmo diante da situação de emergência imposta pela pandemia, não congelou projetos de inovação. Delich fala a respeito: “Somos uma empresa global com filosofia de rápida transferência tecnológica e aplicações de patentes em todo o mundo. Aqui no Brasil não é diferente. Nossos times de engenharia estão sempre atentos às possibilidades de inovação de produtos e processos como um todo, de acordo com as necessidades locais dos clientes. Assim, temos aplicações recentes e patentes vigentes para diferentes linhas de produto com as quais trabalhamos localmente”.

Ele esclarece que a região é considerada centro de competência global para eixos agrícolas. “Desta forma, somos referência no desenvolvimento deste produto e facilitadores de inovações e projetos com potencial de patentes para todo o grupo”, diz.

O presidente da ZF considera que a empresa passa por uma situação absolutamente atípica. Isso tem incrementado ainda mais o diálogo, tanto com os fornecedores como também com os clientes. “O que tenho observado é uma grande parceria diante dos problemas que afligem toda a cadeia automotiva”, afirma, garantindo que há décadas a ZF mantém um ótimo relacionamento com seus parceiros na região. “Isso faz com que tenhamos cooperação, colaboração e confiança mútua diante da situação atual. E é desta maneira que certamente vamos superar mais esta crise”, completa.

ROTA 2030 É QUASE PASSADO - MOMENTO É PROPÍCIO AO ROTA 2050

Delich admite que estamos diante de um atraso do programa Rota 2030 e lembra que Anfavea e governo conversam sobre um possível Rota 2050. A busca é por um plano mais abrangente e de longo prazo. “É importante que os envolvidos permaneçam atentos à importância estratégica do setor automotivo nacional e da necessidade de torná-lo atrativo e condizente com as demandas do mercado e da sociedade. Portanto, a expectativa da ZF é de que as metas estabelecidas avancem”, observa.

O presidente da ZF garante que a engenharia automotiva nacional é reconhecidamente muito criativa e valorizada em todo o mundo e recorda que os engenheiros brasileiros desenvolveram pioneiramente o motor movido a álcool há mais de 45 anos. No que se refere a emissões, como uma alternativa local, ele entende que os biocombustíveis compõem uma opção muito interessante, principalmente aliada a tecnologias de eletrificação.

Para ele, o Brasil tem tradição e experiência no desenvolvimento de soluções tecnológicas eficientes como opções interessantes e aplicáveis ao combustível fóssil. “A ZF suportou e continuará apoiando todos esses avanços tecnológicos brasileiros no sentido de uma mobilidade mais segura e amigável ao meio-ambiente”, conclui.

**Automotive Business**

**Montadoras japonesas se unem para desenvolver sistemas de comunicação**

Toyota, Suzuki, Subaru, Daihatsu e Mazda vão criar sistema padronizado para oferecer serviços conectados mais seguros

As japonesas Toyota, Suzuki, Subaru, Daihatsu e Mazda anunciaram na terça-feira, 27, que fecharam um acordo para o desenvolvimento conjunto de equipamentos de comunicação que serão usados nos futuros veículos das marcas. A ideia, com isso, é criar uma plataforma padrão, o que vai proporcionar economia de recursos e de tempo para as montadoras associadas.

No comunicado, a Toyota alega que, atualmente, as montadoras estão trabalhando em diversos dispositivos de comunicação e, em muitos casos, em sistemas similares, mas com abordagens distintas, para oferecer os mesmos serviços.

Com a adoção de uma plataforma colaborativa padronizada, cada empresa vai poder se concentrar no desenvolvimento das aplicações e dos serviços, poupando tempo e recursos que vão poder ser usados na pesquisa de novos serviços.

Para os consumidores, essa união também vai trazer benefícios, já que o uso de uma mesma plataforma por vários veículos vai permitir obter uma maior qualidade na comunicação não só entre os carros, como também destes com as centrais dos sistemas. Com isso, será possível oferecer serviços conectados mais confiáveis e seguros, graças à maior velocidade de conexão.

O comunicado finaliza com a afirmação de que as empresas envolvidas “podem considerar a colaboração com outros parceiros com ideias similares”. Mas não se sabe ainda se essa afirmação é válida para fabricantes de outros países e para as rivais Honda e Nissan.

**Automotive Business**

Iveco registra crescimento de 42% no primeiro trimestre

Empresa, que já havia obtido crescimento de 30% em 2020, conseguiu manter o desempenho no início deste ano

A Iveco divulgou os resultados de seus negócios no primeiro trimestre deste ano, que registraram crescimento de 42% em relação ao mesmo período de 2020, contabilizando todos os segmentos nos quais a fabricante atua. Esse número representa avanço de 1 ponto percentual na participação da marca no mercado, que agora é de 5,7%, de acordo com a Fenabrave. Vale lembrar que a Iveco foi uma das duas únicas fabricantes de caminhões que registraram crescimento em 2020 (ao lado da DAF), sendo a que contabilizou a maior alta, de 30%.

De acordo com o comunicado da empresa, a Iveco registrou os seguintes resultados nas categorias em que está presente: alta de 13% no segmento de leves, de 95% no de médios, 79% de evolução entre os semipesados e de 61% nos pesados. A montadora afirma ainda que esses números demonstram uma tendência de alta na qual se destacam os modelos da linha Tector – que conta com veículos médios a semipesados – que quase dobrou de volume neste ano.

De acordo com Márcio Querichelli, líder da Iveco para a América do Sul, o processo de expansão da rede de atendimento, que hoje possui 77 pontos distribuídos pelo País, aliado ao portfólio com modelos que atendem a diversos segmentos, como o comércio eletrônico e o agronegócio, também são fundamentais para o atual bom momento da empresa que, recentemente, anunciou a contratação de 800 colaboradores temporários.

“Nossa meta é proporcionar para nossos parceiros veículos que maximizem a rentabilidade nos negócios com o melhor custo total de operação (TCO). Aliar tecnologia, robustez e economia em um produto é um grande desafio, mas conseguimos atingir esse objetivo nas linhas Daily, Tector, Hi-Road e Hi-Way”, completou Querichelli.

**Estadão**

**Bolsonaro assina MPs que permitem às empresas reduzir jornada e salário e adiar pagamento de FGTS**

*Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm, que terá duração de quatro meses; programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato*

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta terça-feira, 27, as duas Medidas Provisórias (MPs) que reúnem o conjunto de medidas trabalhistas para o enfrentamento da crise provocada pela pandemia de covid-19, incluindo a nova rodada do programa que permite redução de jornada e salários ou suspensão de contratos, segundo apurou o Estadão/Broadcast. Os textos devem ser publicados na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta quarta, 28.

Governo prevê gastar até R$ 10 bi para bancar novo programa de redução de salários

A nova rodada do programa deve permitir pouco menos de 5 milhões de novos acordos, como revelou o Estadão/Broadcast. Projeções recentes apontam potencial de 4,798 milhões de acordos. O crédito extraordinário para bancar a medida será de R$ 9,977 bilhões, sendo R$ 9,8 bilhões para o pagamento do benefício emergencial (BEm), que compensa parte da perda salarial do trabalhador que integra o acordo. O benefício médio é estimado em R$ 2.050,82.

Na semana passada, o Congresso aprovou uma mudança na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que dispensou a exigência de compensação para gastos temporários, como é o caso do programa de emprego. Além disso, o texto autoriza descontar da meta fiscal o valor gasto nessa ação.

Uma das MPs vai focar nas regras da nova edição do BEm, que terá duração de quatro meses, podendo ser prorrogado caso haja disponibilidade de recursos. O programa deve ser lançado nos mesmos moldes de 2020, com acordos para redução proporcional de jornada e salário em 25%, 50% ou 70%, ou suspensão total do contrato. A adesão continua sendo por acordo e abrange todos os empregadores, com exceção de órgãos públicos, empresas estatais e organismos internacionais. Serão beneficiados também empregados domésticos, empregados com jornada parcial e aprendizes.

Para ajudar o trabalhador, o governo pagará o benefício emergencial, calculado sobre o valor do seguro-desemprego a que ele teria direito se fosse demitido (entre R$ 1.100 e R$ 1.911,84). Em um acordo para redução de 50%, por exemplo, o empregado recebe 50% do salário da empresa e 50% da parcela do seguro-desemprego.

As negociações individuais valem para os trabalhadores com carteira assinada e que recebem até R$ 3.300 ou que tenham ensino superior e ganham acima de R$ 12.867,14. Quem tem salário intermediário também pode negociar individualmente para reduzir 25% da jornada e do salário, mas depende de acordos coletivos, negociados pelos sindicatos das categorias, para alterações mais radicais no contrato.

Uma inovação da nova rodada é a previsão de que eventuais pagamentos indevidos e não restituídos pelo trabalhador poderão ser compensados com requerimentos futuros de seguro-desemprego ou abono salarial. Pela norma anterior, esses valores ficavam apenas inscritos em dívida ativa.

Já a segunda MP vai concentrar as medidas trabalhistas complementares para ajudar as empresas no enfrentamento da crise. Esse texto deve ser feito nos mesmos moldes da MP 927, que no ano passado permitiu às companhias antecipar férias de forma individual (com pagamento postergado do terço de férias como medida de alívio às companhias), conceder férias coletivas, antecipar feriados, constituir regime especial de banco de horas (com possibilidade de compensação em até 18 meses), entre outras iniciativas.

As empresas também poderão adiar o recolhimento do FGTS dos funcionários por um período de quatro meses. Os empregadores terão até o fim do ano para fazer o pagamento desses débitos, uma flexibilização que também havia sido adotada em 2020 e não traz prejuízo ao trabalhador, que apenas levará mais tempo para ver o depósito cair em sua conta do fundo de garantia.

Uma terceira MP deve abrir o crédito extraordinário, fora do teto de gastos (a regra que limita o avanço das despesas à inflação), para os gastos com o BEm.

No ano passado, o governo destinou R$ 33,5 bilhões ao programa, que registrou mais de 10 milhões de acordos entre empresas e trabalhadores. O resultado foi considerado bem-sucedido. O Brasil registrou a criação de 95,6 mil postos de trabalho com carteira assinada em 2020 (incluindo declarações feitas fora do prazo).

**El País**

**Brasil já projeta terceira onda da covid-19 com Estados baixando guarda no mês mais mortal da pandemia**

*A chegada de uma terceira onda não é questão de “se”, mas de “quando”, de acordo com pesquisadores. Baixa vacinação e flexibilização das restrições são apontados como fatores para novo pico no país, que tem mais de 70% da população suscetível a se contaminar pelo vírus*

O Brasil vive em abril o momento mais dramático da pandemia de covid-19. Em apenas quatro meses, este já se tornou o ano mais letal desde o início da crise sanitária que já matou quase 400.000 pessoas —sendo 3.086 nas últimas 24 horas, segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) divulgados nesta terça-feira. Na última semana houve um pequeno alento, com a queda no número de casos confirmados e óbitos no país provocados pelo novo coronavírus.

Mas especialistas ouvidos pelo EL PAÍS afirmam que ainda é cedo para comemorar, e que a chegada de uma terceira onda não é questão de “se”, mas de “quando”, especialmente à medida em que os Estados começam a suavizar as medidas de restrição responsáveis pela redução dos números. Com a proximidade do Dia das Mães em 9 de maio —uma das maiores datas para o comércio e momento de confraternização e encontros— existe o temor de que ocorra uma alta dos casos e mortes como a verificada após os feriados do final de ano em 2020.

A flexibilização das medidas de restrição, como ocorre em São Paulo, onde restaurantes, salões de beleza e academias puderam voltar a funcionar desde o fim de semana, é vista como temerária por médicos e pesquisadores. “Abril, que ainda nem acabou, já é o mês mais letal de toda pandemia. E independentemente disso nós estamos reabrindo as atividades novamente”, afirma Rafael Lopes Paixão da Silva, membro do Observatório Covid-19 BR.

Para o pesquisador, “se a medida está dando certo é preciso continuar com ela por algum tempo para que se tenha uma margem de segurança”. Mas não é o que ocorre: “Os Governos veem uma leve queda na ocupação dos hospitais e começam a liberar de novo as atividades, isso é desesperador”.

O médico epidemiologista Paulo Lotufo concorda. “Existe um erro básico que é usar como indicador [de reabertura das atividades e comércio] a taxa de ocupação de UTI. Isso não é um indicador epidemiológico, é um indicador administrativo”, afirma.

O prognóstico vislumbrado para o país não é bom. “[Os números] devem cair um pouco ainda, e depois ocorrerá uma nova subida. A questão é qual será a magnitude desta subida. Ninguém imaginou, por exemplo, que essa segunda subida fosse tão acentuada como foi [este ano o país já registrou mais mortes por covid-19 do que em 2020]. Se as coisas continuarem como estão, em julho já existe uma possibilidade de terceira onda”, diz Lotufo, citando as aglomerações que devem ocorrer em função do Dia das Mães aliadas à flexibilização do isolamento.

A afirmação de Lotufo pode soar alarmista, mas é compartilhada por outros estudiosos da pandemia. “Não existe razão para ficar aliviado. A queda dos números verificada na última semana é um processo natural de epidemia, vale para a dengue e várias outras. Mas ainda estamos em um patamar altíssimo. Se relaxarmos demais essa queda pode se tornar um platô, e pode inclusive ocorrer uma reversão da queda”, afirma Leonardo Bastos, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, a Fiocruz.

Ele diz não ser possível precisar até onde os números irão baixar antes de se estabilizar. “E aí o relaxamento [das medidas de restrição] ou novas variantes podem levar a um novo surto. Não é uma questão de ‘se’, mas de ‘quando’ isso vai acontecer. Pode ser uma onda pequena ou grande, nacional ou focada em alguns Estados. Depende muito da realidade de cada local e das políticas que foram adotadas. Ou que não foram”.

O atraso da vacinação de grupos prioritários

O lento andamento do processo vacinal no país também é outro fator que pode fazer com que uma terceira onda no país seja tão letal ou mais do que a segunda. Na semana passada o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, afirmou que o término da imunização dos grupos prioritários deve ocorrer apenas em setembro. A previsão inicial, feita por seu antecessor Eduardo Pazuello, era finalizar esta etapa ainda em maio.

“Se tivéssemos mais celeridade na vacinação teríamos uma próxima onda com número de óbitos e hospitalizações bem menor. E se a população mais vulnerável [incluída no grupo prioritário] estivesse protegida, as chances de termos muitas mortes e casos graves também cairia”, afirma Bastos, da Fiocruz.

Mas mesmo caso o cronograma dos grupos prioritários tivesse se mantido, não seria o suficiente para barrar uma nova onda. “Só vacinar os prioritários não é o suficiente, você reduz os óbitos mas não zera, e não impede o colapso do sistema de saúde”, diz Isaac Schrarstzhaupt, Coordenador na Rede Análise Covid-19. “A estratégia precisa ser dupla. Vacinar e reduzir a taxa de transmissão. É possível evitar uma terceira onda com medidas não farmacológicas [vacinas], ainda que no Brasil isso não tenha sido feito”, afirma. Ele cita como exemplo a Nova Zelândia, onde as medidas de fechamento e restrição são implementadas à medida em que a velocidade de transmissão aumenta.

A escassez de imunizantes contará ainda com um outro fator não previsto durante a segunda onda. “A expectativa de mais vacinas é cada vez menor. Com a explosão dos casos na Índia, eles agora vão deixar de exportar seus imunizantes e insumos para outros países, e, inclusive vão entrar no processo de compra de vacinas pesadamente. Não estou vendo muita saída”, diz o epidemiologista Lotufo.

“Estamos com padrão de vacinação muito baixo. O ideal é que tivéssemos entre 25% e 30%, aí teríamos uma acomodação bem melhor”, diz. “Se você analisar a letalidade da doença, que gira em torno de 1% e já matou quase 400.000 pessoas, deve haver praticamente 40 milhões de pessoas que já foram infectadas, ou seja, 25% dos brasileiros já tiveram a doença. Logo, quase três quartos da população ainda estão suscetíveis a contrair o vírus. É muita gente.”

As diretrizes do Governo com relação à vacinação também são conflitantes: inicialmente o Ministério da Saúde havia determinado que não fosse feita a reserva da segunda dose, tendo em vista que segundo o planejamento inicial —e que foi revisado para baixo inúmeras vezes— haveria suprimento para abastecer os Estados. Agora, à medida que várias capitais são obrigadas a suspender a vacinação de primeira e segunda dose por falta de imunizante, a pasta voltou atrás: o ministro Queiroga informou que a nova recomendação é de que seja feita a reserva, tendo em vista os atrasos no fornecimento de insumos e imunizantes.

**Valor**

**Para médicos, agência acertou em veto por razões de “segurança**”

*Sputinik -**Especialistas acreditam que falta de informação é motivo suficiente para vetar imunizante*

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) agiu corretamente ao não aprovar a importação da vacina russa Sputnik V por insuficiência de informações e, por questão de segurança, não se deve importar o imunizante até que os pontos levantados pela agência sejam esclarecidos, afirmam especialistas. Anteontem, diretores da agência rejeitaram por unanimidade o pedido de dez Estados para a importação de 26,9 milhões de doses da vacina produzida pela laboratório Gamaleya.

A Anvisa informou ter encontrado falhas nos protocolos dos estudos clínicos e nas análises sobre se efeitos adversos têm relação com a vacina, falta do perfil de segurança por faixa etária e comorbidades e, o mais grave, a identificação em lotes da vacina de adenovírus que podem se replicar em células humanas.

“A Anvisa agiu corretamente, mesmo com o grave quadro sanitário no país e a urgência em aumentar a oferta de vacinas”, afirma Rosana Richtmann, infectologista do Hospital Emílio Ribas e do comitê de imunização da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI). “A agência não vai aprovar uma vacina em que o produtor não forneça dados suficientes para analisar eficácia, qualidade e boas práticas de produção.”

Isabella Ballalai, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), chama atenção para as questões de segurança. “A Anvisa é um órgão de referência no mundo, que tem buscado facilitar a introdução de vacinas no país. As colocações da agência são de que não se deve arriscar a importação da Sputnik V neste momento”, afirma. “[A vacinação] Tem que partir de uma posição de segurança.”

Aos que argumentam que dezenas de países estão usando o imunizante, Richtmann, do Emílio Ribas, observa que este não é um argumento que leva em conta a segurança. Não se sabe, por exemplo, como tem sido realizada a vigilância da fase quatro, em que se analisa os efeitos da vacina na imunização em massa.

Já Ballalai aponta como grave a identificação de adenovírus que se replicam em lotes da vacina. “A presença de vírus replicantes mostra falta de controle na produção. Não pode acontecer, é uma questão de segurança”, diz. O adenovírus é usado como um “carona” que leva material genético do coronavírus para estimular a produção de anticorpos nas pessoas vacinadas.

O infectologista Julio Croda, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), também considera o veto à importação foi uma medida correta e diz que, agora, a decisão de comprar ou não o imunizante será política. “Do ponto de vista técnico, a Anvisa fez seu papel”, afirmou.

Do ponto de vista político, o Ministério da Saúde tem que pesar o riscobenefício de importar a vacina, observando a experiência de outros países que a utilizam, até agora sem ocorrências graves, diz. Fosse um imunizante de maior risco, diz, com a utilização em massa, a essa altura já haveria relatos importantes, independentes, de cientistas e publicações, a esse respeito.

“A vacina muito provavelmente funciona, muito provavelmente tem poucos efeitos colaterais, mas existe a dificuldade de quem está vendendo de se submeter às análises”, diz Croda, que já foi diretor do Departamento de Imunização e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde.

**Valor**

**Cientistas recomendam soro equino para combater covid**

*Butantan começa a fazer testes com pacientes com técnica já adotada nos EUA e na Argentina*

Em meio à escassez de vacinas contra a covid-19, cientistas reunidos em seminário on-line da Academia Brasileira de Ciências (ABC), ontem, defenderam que o país acelere a aprovação e invista em tratamentos com soro de cavalos e plasma sanguíneo de convalescentes ou vacinados.

Denominadas “passivas” por envolverem transferência direta de anticorpos aos pacientes, as duas técnicas gozam de produtos desenvolvidos pelos principais laboratórios públicos do país, o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que atua com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Instituto Vital Brazil.

O plasma de humanos convalescentes já foi autorizada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), mas o soro equino ainda aguarda aprovação. Há soros desse tipo com uso liberado nos EUA e na Argentina, onde reduziram o número de óbitos à quase metade na comparação com pacientes em que não foram administrados.

Estudos realizados nos dois países apontam que ambos os métodos reduzem mortes por covid-19 de forma significativa, assim como complicações. Sobretudo no caso do material humano, o êxito é maior se a aplicação acontecer até 72 horas após o início dos sintomas e houver grande quantidade de anticorpos previamente aferida.

Presente, o diretor do Butantan, Dimas Covas, disse que o instituto paulista já tem mais de 4 mil frascos do seu soro equino, todos fabricados no fim do ano passado. Só agora, no entanto, poderá começar os testes em pacientes do Hospital das Clínicas e do Hospital do Rim devido aos trâmites regulatórios. “Esperamos pedir o uso emergencial o mais breve à Anvisa. Mas se [o método] já tem validação pelo FDA (EUA), por que não autorizar aqui?”, reclama.

Ele afirma que esse é o 13º soro equino desenvolvido pelo Butantan sob o mesmo princípio dos demais, que foram apenas incorporados pela Anvisa, por serem anteriores à sua criação. O soro equino anti-covid mais avançado é o da empresa argentina Inmunova, em uso no país vizinho.

O bioquímico e professor da Universidade de San Martin Fernando Goldbaum, que chefiou o desenvolvimento do produto, afirma que a eficácia foi medida e atestada em testes de fase 3, com grupo controle e, recentemente, de fase 4, que acompanha os usuários após a aprovação e por mais tempo.

Nos primeiros testes, realizados em 20 hospitais e clínicas da Grande Buenos Aires entre agosto e novembro do ano passado, a mortalidade entre os testados foi de 6,8%, índice 42% menor na comparação com pacientes que não fizeram o tratamento. Entre curados, os que receberam o soro se recuperaram, em média, dois dias antes dos que receberam placebo.

Goldbaum afirma que os resultados “com o soro na rua”, recém-compilados, são ainda melhores porque 85% dos acompanhados receberam a medicação em quadro graves, contra 39% nos testes de fase três. Entre 1,67 mil usuários do sistema de saúde argentino tratados com o soro, dos quais 1,41 mil eram graves, 9% morreram, percentual considerado baixo para a amostra, e somente 8,8% precisaram de ventilação pulmonar.

Nos testes com grupo controle, o número de intubados caiu de 14% entre não usuários para 8,5% nos usuários. Os resultados são capa da edição de abril da revista científica “EClinical Medicine”, publicação da britânica “The Lancet”. O soro equino dos pesquisadores do Rio também esbarra na regulação da Anvisa.

Sua diferença para o soro do Butantan está apenas no que é injetado no cavalo antes de ele gerar os anticorpos: somente a proteína spike (S), em vez do vírus inativado inteiro. No caso do plasma de pacientes convalescentes, Covas afirma que o Butantan já realiza aplicações na rede SUS de Araraquara e Santos, mas que há uso regular na rede privada.

Presente no debate, o bioquímico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Fábio Klamtque comanda iniciativa análoga, afirma que houve ceticismo ao método com plasma na comunidade científica devido a resultados ruins em pacientes graves. Mas estudos recentes, diz ele, comprovaram eficácia no uso precoce, com redução de 60% da mortalidade quando o tratamento é iniciado 48 horas após sintomas.

**Folha de SP**

**Guedes diz que 'chinês inventou o vírus' e tem vacina menos eficiente do que os EUA**

*Ministro pediu que gravação não fosse transmitida; mais tarde, disse que usou 'imagem infeliz' e embaixador chinês se manifestou em rede social*

Em reunião do Conselho de Saúde Suplementar nesta terça (27) e sem saber que estava sendo gravado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que “o chinês inventou o vírus” da Covid, mas tem uma vacina menos eficiente do que a desenvolvida por empresas americanas. A declaração ocorreu no dia em que o Senado instala uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para investigar a ação do governo federal na pandemia.

Participam do encontro no Palácio do Planalto os ministros Luiz Eduardo Ramos (Casa Civil) e Marcelo Queiroga (Saúde). A frase sobre as vacinas da China e do EUA foi dita num contexto em que ele defendia a maior eficiência de empresas privadas em comparação com o setor público.

"O chinês inventou o vírus e a vacina dele é menos efetiva que a do americano. O americano tem cem anos de investimento em pesquisa. Então os caras falam: 'qual o vírus? É esse? tá bom'. Decodifica, tá aqui a vacina da Pfizer. É melhor do que as outras", disse Guedes. ​

Os testes clínicos realizados até o momento verificaram uma maior eficácia de imunizantes desenvolvidos por farmacêuticas como Pfizer e Moderna, dos EUA, mas especialistas afirmam que as testagens ocorrem em circunstâncias diferentes e que os dados não podem ser comparados. Em abril, o governo chinês admitiu que considerava alternativas para elevar a eficácia de suas vacinas contra a Covid-19.

Guedes aparentava desconhecer que a reunião estava sendo transmitida pelas redes sociais do Ministério da Saúde. Ao ser informado que a reunião estava sendo gravada, o ministro pediu que ela não fosse veiculada. “Só não manda para o ar por favor”, disse.

À noite, Guedes disse, em entrevista à imprensa, que usou “uma imagem infeliz”. Segundo ele, a declaração tinha o objetivo de mostrar “como uma economia de mercado forte”, em referência aos Estados Unidos, “consegue produzir uma resposta a algo que vem de fora”, em alusão à China. O ministro lembrou que já tomou as duas doses da vacina Coronavac. “Não vou falar mal da vacina."

Pouco depois, o embaixador chinês no Brasil, Yang Wanming, manifestou-se em uma rede social. "Até o momento, a China é o principal fornecedor das vacinas e os insumos ao Brasil, que respondem por 95% do total recebido pelo Brasil e são suficientes para cobrir 60% dos grupos prioritários na fase emergencial. A Coronavac representa 84% das vacinas aplicadas no Brasil", escreveu o diplomata.

A acusação de que a China teria inventado o coronavírus é duramente rebatida por Pequim. Afirmação semelhante já foi feita pelo ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, e a tese esteve no centro da maior crise diplomática entre a China e o governo Jair Bolsonaro.

No ano passado, o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) disse no Twitter que o governo chinês estava propositalmente escondendo a gravidade do vírus. A embaixada da China no Brasil reagiu, e o episódio foi determinante para azedar a relação entre a missão diplomática e o Itamaraty então comandada por Ernesto Araújo.

A principal vacina em uso hoje no Brasil é a Coronavac, desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com a farmacêutica chinesa Sinovac. O imunizante, que foi o primeiro contra a Covid-19 a ser aplicado no país e ainda é usado de forma majoritária, é trunfo político do governador de São Paulo, João Doria (PSDB), e foi alvo de ataques de Bolsonaro. O presidente chegou a determinar que a Coronavac não fosse comprada, mas depois voltou atrás após reação de governadores.

Na reunião, Guedes também voltou a defender a ideia de dar um voucher para que os mais pobres possam acessar serviços de saúde. “Vai no [hospital Albert] Einsten se você quiser”, disse Guedes, referindo-se ao hospital de elite em São Paulo. “Vai onde você quiser”.

Falando sobre o futuro do setor de saúde e o aumento da expectativa de vida da população, Guedes declarou ainda que a rede pública não vai conseguir acompanhar a demanda da população. "Todo mundo quer viver 100, 120, 130 anos. Todo mundo vai procurar serviço público [de saúde] e não há capacidade instalada no setor público pra isso. Vai ser impossível", afirmou Guedes.

ATAQUES DO GOVERNO BOLSONARO À CHINA

Comparação com Tchernóbil (18.mar.20)

Eduardo comparou a pandemia do coronavírus ao acidente nuclear de Tchernóbil, na Ucrânia, em 1986. As autoridades, à época submetidas a Moscou, ocultaram a dimensão dos danos e adotaram medidas de emergência que custaram milhares de vidas.

"Quem assistiu Chernobyl vai entender o q ocorreu.Substitua a usina nuclear pelo coronavírus e a ditadura soviética pela chinesa. +1 vez uma ditadura preferiu esconder algo grave a expor tendo desgaste,mas q salvaria inúmeras vidas. A culpa é da China [pela crise da Covid-19] e liberdade seria a solução", afirmou no Twitter.

Cebolinha (4.abr.20)

O então ministro da Educação, Abraham Weintraub, usou o personagem Cebolinha, da Turma da Mônica, para fazer chacota da China e associar a pandemia de coronavírus a interesses do país asiático.

"Geopoliticamente, quem podeLá saiL foLtalecido, em teLmos Lelativos, dessa cLise mundial? PodeLia seL o Cebolinha? Quem são os aliados no BLasil do plano infalível do Cebolinha paLa dominaL o mundo? SeLia o Cascão ou há mais amiguinhos?", publicou.

"Comunavírus" (22.abr.20)

Em seu blog pessoal, o chanceler Ernesto Araújo publicou texto intitulado “Chegou o comunavírus”, em que diz que o medo causado pela nova doença “nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista”, projeto que "já vinha se executando no climatismo ou alarmismo climático, da ideologia de gênero, do dogmatismo politicamente correto, do imigracionismo, do racialismo, do antinacionalismo, do cientificismo".

Segundo Araújo, isso fez com que o "comunavírus", que ele chamou de "vírus ideológico", fosse mais perigoso que a Covid-19.

"Não será comprada" (21.out.20)

Bolsonaro desautorizou o ministro da Saúde, que havia anunciado acordo com São Paulo para a compra de doses da Coronavac.

"NÃO SERÁ COMPRADA", escreveu Bolsonaro em letras maiúsculas.

"Qualquer vacina, antes de ser disponibilizada à população, deverá ser COMPROVADA CIENTIFICAMENTE PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE e CERTIFICADA PELA ANVISA" e que "o povo brasileiro NÃO SERÁ COBAIA DE NINGUÉM", acrescentou.

Não transmite segurança (22.out.20)

"A [vacina] da China nós não compraremos, é decisão minha. Eu não acredito que ela transmita segurança suficiente para a população. A China, lamentavelmente, já existe um descrédito muito grande por parte da população, até porque, como muitos dizem, esse vírus teria nascido por lá", afirmou Bolsonaro, em entrevista à rádio Jovem Pan, em referência à Coronavac.

Testes suspensos (10.nov.20)

Em novembro, a Anvisa suspendeu os testes da Coronavac devido à morte de um dos voluntários, que não teve relação com a vacina, Bolsonaro escreveu nas redes: "Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o Doria queria obrigar todos os paulistanos a tomá-la. O presidente [Bolsonaro] disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha".

Espionagem chinesa (23.nov.20)

“O governo Jair Bolsonaro declarou apoio à aliança Clean Network, lançada pelo governo Donald Trump, criando uma aliança global para um 5G seguro, sem espionagem da China”, escreveu Eduardo Bolsonaro no Twitter.

"O programa ao qual o Brasil aderiu pretende proteger seus participantes de invasões e violações às informações particulares de cidadãos e empresas. Isso ocorre com repúdio a entidades classificadas como agressivas e inimigas da liberdade, a exemplo do Partido Comunista Chinês."

**O Globo (coluna)**

**Lula em Brasília: reunião com russos e disputa do PT em governo estadual**

A viagem de Lula para Brasília que está sendo organizada para a próxima semana vai incluir uma reunião na Embaixada da Rússia. A conversa do ex-presidente com os russos acontece em meio aos embates entre o fundo russo que financiou o desenvolvimento da Sputnik V, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que rejeitou a importação da vacina para o Brasil, e os estados do Nordeste que compraram o imunizante.

Como a coluna informou, no ano passado Lula teve uma teleconferência com Kirill Dmitriev, diretor do fundo russo. O diálogo abriu negociação entre a entidade e o Consórcio do Nordeste, formado por nove estados da região, para a compra da Sputnik V. Além dos russos, o ex-presidente terá agendas com representantes de outros países que o procuraram. O ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim é um dos nomes que devem acompanhar Lula nesses encontros.

– A democracia no Brasil facilita a inserção internacional e a inserção internacional, se for positiva, facilita a democracia. São coisas conjugadas. As questões do clima, da saúde, da pobreza, da desigualdade social são temas que não têm como serem tratados só no âmbito nacional. O ex-presidente Lula é muito consciente disso – afirmou Amorim à coluna.

Também está na programação de Lula uma conversa olho no olho com o senador Fabiano Contarato, que está de saída da REDE. Ele deve migrar para o PT e disputar o governo do Espírito Santo pelo partido. Aliados do ex-presidente afirmam que essa é a única viagem prevista por Lula até o momento. A avaliação do PT é que as agendas nos Estados devem permanecer suspensas até a situação da pandemia melhorar no país, já que seria difícil promover encontros sem aglomerações. Procurada, a assessoria de imprensa de Lula informou que não confirma reuniões.

**Valor**

**Relator da CPI, Renan compara gestão na Saúde a crimes contra a humanidade**

*Governo é derrotado e devem depor Pazuello, Wajngarten, Araújo e Rocha*

Em um duríssimo discurso, o relator da CPI da pandemia, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que pretende identificar os culpados pelas quase 400 mil mortes pela covid-19 e responsabilizá-los. O material produzido poderá embasar, segundo o senador, punições em cortes internacionais. Renan tornou-se relator após uma breve batalha jurídica, que atribuiu à ação do Palácio do Planalto para barrá-lo.

O primeiro dia de funcionamento do colegiado foi de derrotas seguidas para o governo do presidente Jair Bolsonaro. As manobras de aliados para atrasar ou mudar a composição da CPI falharam; o G7, que reúne os senadores que discordam da condução de Bolsonaro na crise, elegeram o presidente e o relator; e até o governista Ciro Nogueira (PP-PI) acabou cedendo e votando em Omar Aziz (PSD-AM) para comandar os trabalhos - Aziz obteve oito apoios contra três de Eduardo Girão (Podemos-CE), alinhado ao governo.

Aziz, que perdeu um irmão há 50 dias para a covid-19, designou Renan como relator. Os senadores foram informados no meio da sessão que o Tribunal Regional Federal da 1ª Região havia suspendido a decisão do juiz Charles Renaud Frazão de Moraes que impedia Renan de ser nomeado.

O emedebista foi implacável com o governo em seu discurso. “Não foi o acaso ou flagelo divino que nos trouxe a este quadro. Há responsáveis, há culpados, por ação, omissão, desídia ou incompetência e eles serão responsabilizados. Essa será a resposta para nos reconectarmos com o planeta. Os crimes contra humanidade não prescrevem jamais e são transnacionais. Slobodan Milosevic [ditador sérvio, 1941- 2006], e Augusto Pinochet [ditador chileno, 1915-2006] são exemplos históricos. Façamos nossa parte”, disse, citando os acusados de uma série de crimes contra a humanidade - o primeiro morreu enquanto estava preso há cinco anos e aguardava julgamento pelo Tribunal Penal Internacional em Haia.

Renan indicou que o general Eduardo Pazuello, ex-ministro da Saúde, será um de seus principais alvos, mas que o Exército brasileiro não será vinculado ao fracasso no combate à covid-19. “Na pandemia o ministério foi entregue a um não especialista, um general. As guerras se enfrentam com especialistas, sejam elas bélicas ou sanitárias. A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na Saúde. Quando se inverte, a morte é certa. E foi isso que aconteceu. Temos que explicar como e por que isso ocorreu”, disse. “As gestões no Ministério da Saúde investigadas a fundo, mas não é o Exército que estará sob análise”. O senador arrematou dizendo que os culpados “devem ser punidos imediata e emblematicamente”.

Alvo da Operação Lava-Jato, Renan também aproveitou para ironizar o procurador Deltan Dallagnol e o ex-juiz Sergio Moro. “A CPI tampouco será um cadafalso com sentenças pré-fixadas ou alvos selecionados. Não somos discípulos de Deltan, nem de Sergio Moro”. O relator também defendeu que a CPI andará na via contrária à postura negacionista do governo. “A comissão será um santuário da ciência, do conhecimento e uma antítese diária e estridente ao obscurantismo negacionista. Entre a ciência e a crença, fico com a ciência. Os inimigos dessa relatoria são a pandemia e aqueles que, por ação, omissão, incompetência ou malversação, se aliaram ao vírus e colaboraram com o morticínio”.

No plano de trabalho da CPI, a ser confirmado amanhã, o ex-ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta será o primeiro convidado a ser ouvido, na terça-feira. Mandetta deixou o governo há um ano por divergências com o presidente na mudança de protocolo para prescrição da cloroquina (medicamento sem eficácia para a covid19). Todos os quatro ministros da Saúde no governo Bolsonaro serão chamados: além de Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e o atual titular, Marcelo Queiroga.

Até a noite de ontem, 151 requerimentos haviam sido apresentados ao colegiado, incluindo convocações de ministros, autoridades federais, estaduais e municipais. Entre eles, o ex-chanceler Ernesto Araújo, o ex-secretário de Comunicação Social Fabio Wajngarten, o secretário de Assuntos Estratégicos Flávio Rocha, o ministro da Controladoria-Geral da União, Wagner Rosário e o diretor da Polícia Federal, Paulo Maiurino.

Ele apontou que vai requisitar documentos e informações de posse do governo, como a íntegra de todos os processos administrativos para a aquisição de vacinas; registros de ações do governo relacionados a medicamentos sem eficácia comprovada, inclusive por meio do aplicativo TrateCov, que sugeria o chamado “kit covid”; contratos, transferências de recursos para Estados e municípios e, por fim, e toda a comunicação relativa à falta de insumos como oxigênio em Manaus (AM).

O governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), esteve com Renan para apresentar um relatório sobre o uso das verbas federais no combate à pandemia. Com esse gesto, o tucano busca desmontar a narrativa de que o recrudescimento da crise teria relação com o suposto mau uso dos recursos nos Estados

**Valor**

Flávio chama Pacheco de ‘ingrato’ e ‘irresponsável’

Presidente do Senado prefere evitar embate com filho de Bolsonaro

A instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) da pandemia expôs a insatisfação do governo Jair Bolsonaro com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), considerado um aliado do Palácio do Planalto. O descontentamento veio a público pelo senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ), filho do presidente, que elevou o tom contra o senador do DEM. Flávio chamou Pacheco de “ingrato” e “irresponsável” por deixar caminho livre para o início das investigações na Casa.

Na avaliação dele, o presidente do Senado teve entendimentos diferentes diante de decisões judiciais sobre um mesmo tema. Isso porque Pacheco autorizou a abertura da CPI depois de determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), mas, dias depois, rechaçou liminar de primeira instância que impedia o senador Renan Calheiros (MDB-AL) de assumir a tarefa de relator na comissão de inquérito. “Pacheco diz que decisão [do STF] não se discute, se cumpre. Mas passados alguns dias, a Justiça determina que Renan não seja relator, e ele diz que não vai cumprir”, disse.

Flávio escancarou também que esperava ter sido procurado por Pacheco sobre a instalação da CPI. “Da minha parte entendo que houve ingratidão, falta de consideração por parte do presidente de pelo menos nos buscar para que pudéssemos dar nosso ponto de vista”, argumentou. O filho do presidente Jair Bolsonaro ainda acusou Pacheco de ter sido “irresponsável” ao permitir a instalação da CPI neste momento, quando diversos Estados estão próximo da ocupação máxima em suas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). “O governo é a favor de que tudo seja investigado, vai ser importantíssimo que tudo seja passado a limpo, mas não agora”, pontuou.

O Valor apurou que Pacheco não vai responder a “cotovelada”, apesar de o episódio ter sido considerado desagradável. Segundo interlocutores, o presidente do Senado entende que tem de estar “acima disso”. “Ele não vai entrar nesse tipo de embate. Sabe que isso [troca de farpas] pode atrapalhar na fluidez do trabalho legislativo. Já foram aprovados vários projetos importantes com a ajuda do governo. Se ele entrar nessa briga, vai atrapalhar isso tudo”, disse uma fonte próxima.

O embate fez o senador Renan Calheiros ironizar a postura do Palácio do Planalto. “Eles nunca contaram com a instalação [da CPI], eles achavam que entre o Pacheco não querer [a comissão] e uma decisão do Supremo ainda tinha um espaço muito grande. Erraram nisso”, sugeriu. O revés para o governo deve afetar, inclusive, as relações com o MDB no Senado. Flávio Bolsonaro ameaçou retirar o Republicanos, seu partido, do bloco Unidos Pelo Brasil, que é formado também por emedebistas e o PP.

Segundo fontes, essa ameaça é na verdade uma tentativa de “manobra” do Executivo. Isso porque, com um bloco menor, o MDB teria direito a menos cadeiras na CPI, o que poderia alterar a configuração da composição do colegiado. Hoje, o Palácio do Planalto é minoria na comissão, com apenas quatro senadores diante de sete parlamentares independentes. Os senadores do MDB dizem, entretanto, que a saída do Republicanos só altera uma vaga de suplência.

**O Globo (coluna)**

**O primeiro milagre da CPI**

Bernardo Mello Franco  
  
A CPI da Covid já produziu seu primeiro milagre: transformou Flávio Bolsonaro num defensor do isolamento social. Ontem o senador tentou convencer os colegas a deixar a investigação para depois. “Por que não esperar todo mundo se vacinar?”, sugeriu. A preocupação tardia com a doença não foi a única surpresa do discurso. Com a pele bronzeada pelas férias no Ceará, o primeiro-filho atacou o presidente do Senado, o relator da CPI e até a bancada feminina. O falatório não virou votos para o governo, mas escancarou o desespero do clã presidencial.

Pelo que se viu ontem, a família tem motivos para temer a comissão. Na sessão inaugural, a tropa bolsonarista levou um baile. Flávio ainda foi obrigado a engolir uma descompostura da senadora Eliziane Gama. Ela avisou que ali não era lugar para chute na porta e ironia machista. Só faltou dizer que o Zero Um não estava em Rio das Pedras.

Quando a reunião começou, os governistas se agarraram à liminar que impedia Renan Calheiros de assumir a relatoria. Foi uma tática desastrada. Como se previa, a decisão foi derrubada rapidamente. O senador se sentou na cadeira e desceu a lenha no Planalto.

“Vamos dar um basta aos suplícios, à inépcia e aos infames”, discursou. Ele atacou o negacionismo e prometeu “apontar culpados”. Num recado a Jair Bolsonaro, citou os genocidas Augusto Pinochet e Slobodan Molosevic. “O país tem o direito de saber quem contribuiu para as milhares de mortes, e eles devem ser punidos”, arrematou.

Renan também criticou a entrega do Ministério da Saúde ao general Eduardo Pazuello, que no domingo passeava sem máscara num shopping de Manaus. “A diretriz é clara: militar nos quartéis e médicos na saúde. Quando se inverte, a morte é certa”, disse. O emedebista não se limitou à retórica: de cara, apresentou 11 requerimentos. A lista inclui a convocação de quatro ministros da Saúde, a requisição de documentos e o compartilhamento do inquérito das fake news.

No dia em que a comissão entrou em campo, Bolsonaro usou cinco palavras para defender seu desempenho na pandemia. “Eu não errei em nada”, garantiu. O capitão vai precisar de outro milagre para convencer a CPI.

**Folha de SP (coluna)**

**A CPI da Covid será um sucesso?**

*Se fixarmos o objetivo no impeachment, receio que a resposta seja não*

Hélio Schwartsman

Com o passar dos anos, tornei-me cético em relação a CPIs. Há tempos que eu não vejo uma delas produzindo bons resultados.

Uma das razões para isso é que investigar é uma tarefa técnica, que requer uma expertise só raramente encontrada entre parlamentares. O ambiente escancaradamente público e politicamente carregado do Parlamento tampouco ajuda em apurações, que costumam avançar mais quando conduzidas com discrição e objetividade.

A CPI da Covid, porém, é diferente. E é diferente porque a investigação já está pronta. Aliás, dizer "está pronta" é um eufemismo. Tanto o TCU como o MPF já analisaram a atuação do governo na pandemia e produziram documentos pouco abonadores à conduta das autoridades do Executivo. A imprensa também fornece boas peças.

Nos últimos dias, o próprio governo, em mais uma demonstração de inabilidade, deu de mão beijada para a CPI um roteiro com 23 vulnerabilidades a explorar. No que talvez seja inédito, existem até estudos acadêmicos a subsidiar o trabalho dos parlamentares, apontando falhas graves na gestão da epidemia e correlacionando falas negacionistas do presidente a aumentos nos óbitos. O relator da CPI precisará só juntar tudo isso e selecionar as melhores partes.

Isso significa que a CPI da Covid será um sucesso? Depende do que se define como sucesso. Se considerarmos que a meta é apenas gerar um relatório poderoso, a resposta é provavelmente sim. Mas, se formos um pouco mais ambiciosos e fixarmos o objetivo no impeachment, aí eu receio que a resposta seja não.

O que manda é a política. E o mais provável é que as correntes majoritárias no Parlamento prefiram usar a CPI para manter uma espada de Dâmocles sobre a cabeça de Bolsonaro e arrancar vantagens do governo.

É pena, porque qualquer coisa menos que o impeachment significará que a sociedade acha normal e aceitável ter um presidente que fez tudo o que Bolsonaro fez.